



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições e os procedimentos que regerão a **contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de desinsetização, nos prédios ocupados pela Justiça Eleitoral no Estado de Mato Grosso do Sul, com aplicação quadrimestral, portanto 3 (três) vezes, no período de 12 (doze) meses, conforme características e condições descritas neste Termo de Referência.**

1.2. Os serviços previstos a serem executados durante a vigência da contratação e os locais de execução estão indicados nos quadros da cláusula 3.3, e foram definidos conforme Estudo Técnico Preliminar (1658889):

1.2.1. A empresa interessada poderá ofertar preço apenas para o (s) grupo (s) de seu interesse ou que tenha disponibilidade para atender.

1.2.1.1. Ao eleger um grupo, a empresa interessada deverá ofertar preços para todos os itens que o compõem.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Portaria TRE/MS nº 131/2023.

1.4. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.5. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5.1. Os serviços são continuados, nos termos do inciso XV do art. 6º da Lei 14.133/2021, por serem destinados ao atendimento de necessidade permanente do TRE/MS.

1.5.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Em caso de divergência entre a descrição do serviço indicada no SIASG/COMPASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da presente contratação e de seu quantitativo encontra-se pormenorizada em tópico específico do ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 99/2024 (1608711).

2.2. A contratação se justifica pela necessidade de aplicação de inseticidas nos prédios que abrigam esta Justiça Especializada, com vistas à eliminação de vetores de doenças, contribuindo para a manutenção de condições adequadas de salubridade nos ambientes funcionais da Justiça Eleitoral, e ao controle de pragas que podem ocasionar danos ao patrimônio e ao acervo documental da Justiça Eleitoral.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

3.1. A solução que atende à Administração é a **contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de desinsetização, nos prédios ocupados pela Justiça Eleitoral no Estado de Mato Grosso do Sul, com aplicação quadrimestral, portanto 3 (três) vezes, no período de 12 (doze) meses conforme características e condições descritas neste Termo de Referência.**

#### DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS e QUANTIDADES

3.2. São ao todo 43 locais dentre os imóveis do Tribunal Regional Eleitoral da Capital e do Interior.

3.3. Para esta contratação, os 43 itens (localidades/imóveis em que serão prestados os serviços) foram reunidos em 9 grupos, tendo por base a localização geográfica, com objetivo de facilitar o gerenciamento dos contratos, de viabilizar a participação de eventuais empresas interessadas que atuem em determinadas regiões do Estado e de possibilitar a diluição de custos pertinentes à prestação dos serviços, tais como: deslocamento de equipe, obtenção de licenças, etc..

| Grupo 1 (itens 1 a 4) - Dedetização |                                 |                                 |                          |   |                          |
|-------------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|--------------------------|---|--------------------------|
| Item                                | Local de Prestação dos Serviços | Área Construída-aproximada (m²) | Quantidade de Aplicações | Preço máximo unitário por aplicação (R\$) | Preço Máximo total (R\$) |

|   |  |          |                                   |          |                  |
|---|--|----------|-----------------------------------|----------|------------------|
| 1 | Prédio-sede do TRE/MS<br>Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 -<br>Parque dos Poderes - Campo Grande/MS<br>Telefone: 67 2107-7011                              | 5.768,77 | 3                                 | 7.737,45 | 23.212,34        |
| 2 | Fórum Eleitoral<br>Rua Delegado José Alfredo Hardman, 180 -<br>Parque dos Poderes - Campo Grande/MS<br>Telefone: 67 2107-7011                                      | 3.726,40 | 3                                 | 5.177,05 | 15.531,16        |
| 3 | Anexo Depósito<br>Rua Arthur Jorge, 2.755 - Monte Castelo - Campo<br>Grande/MS<br>Telefone: 67 2107-7011   | 97,96    | 3                                 | 375,00   | 1.125,00         |
| 4 | Almoxarifado, Depósito de Urnas e Arquivo<br>Central<br>Rua Delegado José Alfredo Hardman, 184 -<br>Parque dos Poderes - Campo Grande/MS<br>Telefone: 67 2107-7011 | 3.730,75 | 3                                 | 4.994,75 | 14.984,26        |
|   |  |          | <b>PREÇO TOTAL DO GRUPO<br/>1</b> |          | <b>54.852,76</b> |

| <b>Grupo 2 (itens 5 a 9) - Dedetização</b> |  |  |                                   |   |                             |
|--|--|--|-----------------------------------|---|-----------------------------|
| Item                                       | Local de Prestação dos Serviços  | Área<br>construída<br>aproximada<br>(m²) | Quantidade<br>de<br>Aplicações    | Preço máximo<br>unitário por<br>aplicação (R\$) | Preço Máximo total<br>(R\$) |
| 5  | Cartório Eleitoral de Costa Rica (38ª ZE)<br>Rua José Pereira da Silva, 373 - Bairro Santos<br>Dumont.<br>Telefone (67) 99917-6287                               | 340,78                                   | 3                                 | 1.150,96  | 3.452,88                    |
| 6  | Cartório Eleitoral de Chapadão do Sul (48ª ZE)<br>Avenida Mato Grosso do Sul, 395 - Bairro Parque<br>União.<br>Telefone (67) 99982-0294                          | 317,85                                   | 3                                 | 1.090,10  | 3.270,29                    |
| 7  | Cartório Eleitoral de Cassilândia (3ª ZE)<br>Rua Olímpio Dias dos Santos, 454 - Vila<br>Izanópolis<br>Telefone (67) 99627-8679 e 99632-0033                      | 229,17                                   | 3                                 | 937,10  | 2.811,29                    |
| 8  | Cartório Eleitoral de Paranaíba (13ª ZE)<br>Rua José Robalinho da Silva, 235 - Jardim Santa<br>Mônica.<br>Telefone (67) 99680-4711                               | 229,17                                   | 3                                 | 930,10  | 2.790,29                    |
| 9  | Cartório Eleitoral de Aparecida do Taboado (24ª<br>ZE)<br>Rua Mato Grosso do Sul, 3.881 - Bairro Jardim<br>Brandini II.<br>Telefone (67) 98188-4215 e 99859-2857 | 229,17                                   | 3                                 | 1.030,85  | 3.092,51                    |
|  |  |  | <b>PREÇO TOTAL DO GRUPO<br/>2</b> |   | <b>15.417,27</b>            |

| <b>Grupo 3 (itens 10 a 13) - Dedetização</b> |   |                                       |                                   |   |                             |
|--|---|---------------------------------------|-----------------------------------|---|-----------------------------|
| Item   | Local de Prestação dos Serviços   | Área construída<br>aproximada<br>(m²) | Quantidade<br>de<br>Aplicações    | Preço máximo<br>unitário por<br>aplicação (R\$) | Preço Máximo total<br>(R\$) |
| 10   | Cartório Eleitoral de Três Lagoas (9ª e 51ª ZE)<br>Rua Alfredo Justino, 1.100 - Centro.<br>Telefone (67) 99673-1471 e 99669-6923    | 478,28                                | 3                                 | 1.364,69  | 4.094,08                    |
| 11   | Cartório Eleitoral de Brasilândia (41ª ZE)<br>Rua Bartolomeu Viana Cavalcante, 183 - Centro.<br>Telefone (67) 99933-2122            | 229,17                                | 3                                 | 860,03  | 2.580,10                    |
| 12   | Cartório Eleitoral de Água Clara (23ª ZE)<br>Rua Harrison Correia, 20 - Centro.<br>Telefone (67) 99844-3044 e 99854-0510            | 144,00                                | 3                                 | 610,51  | 1.831,54                    |
| 13   | Cartório Eleitoral de Ribas do Rio Pardo (32ª ZE)<br>Avenida Nelson Lyrio, 2.354 - Centro.<br>Telefone (67) 99891-6829 e 99896-2836 | 317,85                                | 3                                 | 548,85  | 1.646,54                    |
|  |   |                                       | <b>PREÇO TOTAL DO GRUPO<br/>3</b> |   | <b>10.152,26</b>            |

| <b>Grupo 4 (itens 14 a 17) - Dedetização</b> |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|
|--|--|--|--|--|--|

| Item | Local de Prestação dos Serviços   | Área construída aproximada (m²) | Quantidade de Aplicações      | Preço máximo unitário por aplicação (R\$) | Preço Máximo total (R\$) |
|------|---|---------------------------------|-------------------------------|---|--------------------------|
| 14   | Cartório Eleitoral de Nova Andradina (5ª ZE)<br>Rua Walter Hubacher, 1.220 – Centro<br>Telefone (67) 99641-9576                     | 220,37                          | 3                             | 585,39                                    | 1.756,17                 |
| 15   | Cartório Eleitoral de Bataguassu (6ª ZE)<br>Rua Odorilho Ferreira, 135 – Centro.<br>Telefone (67)99642-4575 e 99645-2291            | 229,17                          | 3                             | 599,38                                    | 1.798,14                 |
| 16   | Cartório Eleitoral de Ivinhema (27ª ZE)<br>Rua Francisco Pieretti, 211 – Guiray.<br>Telefone (67) 99874-6745                        | 242,79                          | 3                             | 621,03                                    | 1.863,09                 |
| 17   | Cartório Eleitoral de Deodápolis (39ª ZE)<br>Avenida Genário da Costa Matos, 730 – Centro.<br>Telefone (67) 99917-7193 e 99920-1037 | 110,40                          | 3                             | 410,54                                    | 1.231,62                 |
|      |   |                                 | <b>PREÇO TOTAL DO GRUPO 4</b> |   | <b>6.649,02</b>          |

| Grupo 5 (itens 18 a 22) - Dedetização |   |                                 |                               |   |                          |
|---------------------------------------|---|---------------------------------|-------------------------------|---|--------------------------|
| Item                                  | Local de Prestação dos Serviços   | Área construída aproximada (m²) | Quantidade de Aplicações      | Preço máximo unitário por aplicação (R\$) | Preço Máximo total (R\$) |
| 18                                    | Cartório Eleitoral de Dourados (18ª e 43ª ZE)<br>Rua Montese, 435 – Bairro Jardim Londrina.<br>Telefone (67) 99805-1369 e 99800-4266    | 815,62                          | 3                             | 1.826,94                                  | 5.480,83                 |
| 19                                    | Cartório Eleitoral de Fátima do Sul (4ª ZE)<br>Rua Ipiranga, 841 – Jardim Primavera.<br>Telefone (67) 99640-4143                        | 229,17                          | 3                             | 548,38                                    | 1.645,14                 |
| 20                                    | Cartório Eleitoral de Maracaju (16ª ZE)<br>Rua Appa, 101 – Centro.<br>Telefone (67) 99851-1003  | 317,85                          | 3                             | 689,38                                    | 2.068,14                 |
| 21                                    | Cartório Eleitoral de Rio Brilhante (11ª ZE)<br>Rua Rio Brilhante – 1.114 – Bairro Vila Maria.<br>Telefone (67) 99677-3184 e 99612-7029 | 317,85                          | 3                             | 689,38                                    | 2.068,14                 |
| 22                                    | Cartório Eleitoral de Sidrolândia (31ª ZE)<br>Rua Minas Gerais, 1.346 – Centro.<br>Telefone (67) 99884-5299.                            | 317,85                          | 3                             | 689,38                                    | 2.068,14                 |
|                                       |   |                                 | <b>PREÇO TOTAL DO GRUPO 5</b> |   | <b>13.330,39</b>         |

| Grupo 6 (itens 23 a 26) - Dedetização |  |                                 |                               |   |                          |
|---------------------------------------|--|---------------------------------|-------------------------------|---|--------------------------|
| Item                                  | Local de Prestação dos Serviços  | Área construída aproximada (m²) | Quantidade de Aplicações      | Preço máximo unitário por aplicação (R\$) | Preço Máximo total (R\$) |
| 23                                    | Cartório Eleitoral de Corumbá (7ª e 50ª ZEs)<br>Rua Duque de Caxias, 45 – Bairro Nossa Senhora de Fátima.<br>Telefone (67) 99655-1960 e 99655-8426 | 479,25                          | 3                             | 1.393,17                                  | 4.179,50                 |
| 24                                    | Cartório Eleitoral de Miranda (15ª ZE)<br>Rua 7 de Setembro, 861 – Centro.<br>Telefone (67) 99690-1081   | 317,85                          | 3                             | 1.211,44                                  | 3.634,32                 |
| 25                                    | Cartório Eleitoral de Anastácio (49ª ZE)<br>Rua Juscelino Kubitschek, 1.495 – Centro.<br>Telefone (67) 99972-7638                                  | 317,85                          | 3                             | 1.007,63                                  | 3.022,88                 |
| 26                                    | Cartório Eleitoral de Aquidauana (10ª ZE)<br>Rua Nilza Ferraz ribeiro, 400 – Bairro Cidade Nova.<br>Telefone (67) 99674-1013 e 99676-0707          | 192,73                          | 3                             | 774,65                                    | 2.323,94                 |
|                                       |  |                                 | <b>PREÇO TOTAL DO GRUPO 6</b> |   | <b>13.160,94</b>         |

| Grupo 7 (itens 27 a 31) - Dedetização |  |                                 |                          |   |                          |
|---------------------------------------|--|---------------------------------|--------------------------|---|--------------------------|
| Item                                  | Local de Prestação dos Serviços  | Área construída aproximada (m²) | Quantidade de Aplicações | Preço máximo unitário por aplicação (R\$) | Preço Máximo total (R\$) |
| 27                                    | Cartório Eleitoral de Nioaque (45ª ZE)<br>Rua Primeiro de Março, 167 – Centro.<br>Telefone (67) 99968-6159 | 229,17                          | 3                        | 1.140,79                                  | 3.422,37                 |

|                               |   |        |   |                  |          |
|-------------------------------|---|--------|---|------------------|----------|
| 28                            | Cartório Eleitoral de Jardim (22ª ZE)<br>Rua Ten. Ernani Gusmão, 261 – Centro.<br>Telefone (67) 99843-6652 e 99844-3031   | 378,69 | 3 | 1.359,66         | 4.078,97 |
| 29                            | Cartório Eleitoral de Bonito (30ª ZE)<br>Rua Olívio Jacques, 849 – Vila Donária.<br>Telefone (67) 99878-9373 e 99882-8680 | 229,17 | 3 | 1.165,79         | 3.497,37 |
| 30                            | Cartório Eleitoral de Bela Vista (17ª ZE)<br>Rua São Geraldo, 65 – Centro.<br>Telefone (67) 99800-3930                    | 236,10 | 3 | 1.245,75         | 3.737,25 |
| 31                            | Cartório Eleitoral de Porto Murtinho (20ª ZE)<br>Rua Coronel Ponce, 439 – Centro.<br>Telefone (67) 99823-7377             | 276,23 | 3 | 1.328,21         | 3.984,62 |
| <b>PREÇO TOTAL DO GRUPO 7</b> |   |        |   | <b>18.720,58</b> |          |

| <b>Grupo 8 (itens 32 a 37) - Dedetização</b> |   |                                 |                          |   |                          |
|--|---|---------------------------------|--------------------------|---|--------------------------|
| Item   | Local de Prestação dos Serviços   | Área construída aproximada (m²) | Quantidade de Aplicações | Preço máximo unitário por aplicação (R\$) | Preço Máximo total (R\$) |
| 32   | Cartório Eleitoral de Ponta Porã (19ª e 52ª ZE)<br>Rua Baltazar Saldanha, 1.591 – Bairro da Saudade.<br>Telefone (67) 99813-1545 e 99813-5548 - 99976-8463 e 99974-0687 | 599,76                          | 3                        | 1.566,81                                  | 4.700,43                 |
| 33   | Cartório Eleitoral de Amambai (01ª ZE)<br>Rua Antônio Martins Dutra, 1.521 – Centro.<br>Telefone (67) 99902-4101 e 99619-2958   | 229,17                          | 3                        | 1.122,19                                  | 3.366,57                 |
| 34   | Cartório Eleitoral de Eldorado (25ª ZE)<br>Rua São Paulo, 610 – Jardim das Grevíleas.<br>Telefone (67) 99864-2806   | 200,00                          | 3                        | 1.175,00                                  | 3.525,00                 |
| 35   | Cartório Eleitoral de Mundo Novo (33ª ZE)<br>Rua Tupinambá, 69 – Centro.<br>Telefone (67) 99901-8748  | 202,85                          | 3                        | 1.151,27                                  | 3.453,80                 |
| 36   | Cartório Eleitoral de Naviraí (02ª ZE)<br>Avenida Iguatemi, 159 – Centro.<br>Telefone (67) 99620-4796   | 198,61                          | 3                        | 1.100                                     | 3.300,00                 |
| 37   | Cartório Eleitoral de Caarapó (28ª ZE)<br>Rua D. Pedro II, 212 – Centro.<br>Telefone (67) 99877-8643  | 176,00                          | 3                        | 979,92                                    | 2.939,76                 |
| <b>PREÇO TOTAL DO GRUPO 8</b>                |   |                                 |                          | <b>21.285,56</b>                          |                          |

| <b>Grupo 9 (itens 38 a 43) - Dedetização</b> |   |                                 |                          |   |                          |
|--|---|---------------------------------|--------------------------|---|--------------------------|
| Item   | Local de Prestação dos Serviços   | Área construída aproximada (m²) | Quantidade de Aplicações | Preço máximo unitário por aplicação (R\$) | Preço Máximo total (R\$) |
| 38   | Cartório Eleitoral de Bandeirantes (34ª ZE)<br>Rua Arthur Bernardes, 4.032 – Centro.<br>Telefone (67) 99903-3864                        | 317,85                          | 3                        | 1.123,52                                  | 3.370,56                 |
| 39   | Cartório Eleitoral de Camapuã (14ª ZE)<br>Rua João da Mota, 461 – Bairro Vila Diamantina.<br>Telefone (67) 99687-5287                   | 317,85                          | 3                        | 1.173,524                                 | 3.520,56                 |
| 40   | Cartório Eleitoral de São Gabriel do Oeste (40ª ZE)<br>Rua São Paulo, 2.305 – Centro.<br>Telefone (67) 99926-0873                       | 317,85                          | 3                        | 1.173,52                                  | 3.520,56                 |
| 41   | Cartório Eleitoral de Rio Verde de Mato Grosso (21ª ZE)<br>Avenida Dom Pedro II, 240 – Centro.<br>Telefone (67) 99893-8976 e 99830-5996 | 391,60                          | 3                        | 1.332,15                                  | 3.996,45                 |
| 42   | Cartório Eleitoral de Coxim (12ª ZE)<br>Rua General Mendes de Moraes, 86 – Bairro Jardim Aeroporto.<br>Telefone (67) 99678-4567         | 317,85                          | 3                        | 1.273,52                                  | 3.820,56                 |
| 43   | Cartório Eleitoral de Sonora (26ª ZE)<br>Avenida Edson Aparecido Fernandes Campos, 493 – Centro.<br>Telefone (67) 99872-8083            | 254,78                          | 3                        | 1.350,00                                  | 4.050,00                 |
| <b>PREÇO TOTAL DO GRUPO 9</b>                |   |                                 |                          | <b>22.278,69</b>                          |                          |

3.3.1. Durante a vigência da contratação poderá ocorrer alteração de endereço de imóvel a ser atendido, dentro da mesma municipalidade, situação que será comunicada à empresa contratada para manifestação quanto à viabilidade de manutenção do preço ofertado.

#### DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.4. Durante a vigência do contrato estão previstas 03 (três) aplicações completas em cada imóvel, a serem realizados em intervalos de, aproximadamente, 4 (quatro) meses.

3.4.1. O calendário de realização das aplicações será definido pelo Tribunal, observadas as peculiaridades de ano eleitoral e de modo a causar o menor impacto nas atividades das unidades abrigadas nos imóveis a serem atendidos.

3.5. A Seção de Serviços Administrativos solicitará a emissão da nota de empenho relativa aos imóveis a serem dedetizados, que será encaminhada à empresa contratada.

3.5.1. Haja vista que uma das justificativas do agrupamento dos itens é a possibilidade de diluição de custos pertinentes à prestação dos serviços pela empresa contratada, a emissão de nota de empenho será feita, via de regra, compreendendo todos os locais/imóveis componentes de determinado grupo.

3.5.2. Caso o TRE/MS tenha interesse na prestação dos serviços apenas em relação a parte dos locais/imóveis componentes de determinado grupo, esse fato deverá ser comunicado previamente à empresa contratada, para que expresse sua anuência quanto à execução dos serviços nessa condição.

3.6. Recebida a Nota de Empenho, a empresa contratada deverá elaborar roteiro/cronograma de execução dos serviços, indicando os imóveis a serem dedetizados, a data e os horários de início e de término previstos para a realização da dedetização, bem como o tempo em que os imóveis deverão permanecer desocupados, após a dedetização, por questões de segurança.

3.7. O roteiro/cronograma deverá ser apresentado à Seção de Serviços Administrativos em até 5 (cinco) dias úteis, posteriores ao recebimento da Nota de Empenho, via correspondência eletrônica para o endereço [ssa@tre-ms.jus.br](mailto:ssa@tre-ms.jus.br).

3.8. A Seção de Serviços Administrativos, em até 5 (cinco) dias úteis, analisará o roteiro/cronograma apresentado, e, uma vez achado conforme, autorizará a empresa contratada a executar os serviços.

3.9. A Seção de Serviços Administrativos comunicará os responsáveis pelos imóveis a serem dedetizados, de modo que sejam adotadas as providências pertinentes à liberação dos imóveis para a realização dos serviços na data e horário agendados.

3.10. A Seção de Serviços Administrativos poderá solicitar ajustes no roteiro/cronograma apresentado pela empresa contratada, de modo a melhor atender à necessidade do TRE/MS.

3.11. Para elaboração do roteiro/cronograma, a empresa contratada deverá observar:

a) previsão de interregno mínimo de 15 (quinze) dias úteis e máximo de 20 (vinte) dias úteis, entre a data de recebimento da nota de empenho e a data de início de execução dos serviços, de modo que possam ser realizadas as medidas relativas à elaboração e à aprovação do roteiro/cronograma;

b) conclusão dos serviços se dê em prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da data prevista para início da execução;

c) a prestação dos serviços em imóveis localizados no Interior do Estado deverá ser realizada em dias úteis, de 2ª a 6ª-feira;

d) a prestação dos serviços em imóveis localizados em Campo Grande será realizada em dias que não haja expediente nas unidades, de modo a não interromper as atividades das unidades alocadas nos imóveis;

e) os serviços serão realizados no horário de 08:00 às 18:00 horas.

3.12. Caso a empresa contratada identifique a necessidade de adequação, ou a impossibilidade de cumprimento, do roteiro/cronograma apresentado, deverá comunicar o fato imediatamente à Seção de Serviços Administrativos, com as devidas justificativas.

3.13. A prestação dos serviços objeto desta contratação deverá observar, dentre outras condições pertinentes:

a) A empresa somente poderá utilizar produtos devidamente registrados no Ministério da Saúde/ANVISA;

b) A empresa deverá informar os nomes e os fabricantes dos produtos que serão utilizados e apresentar as comprovações de registro no Ministério da Saúde/ANVISA;

c) Para os produtos, cujos respectivos fabricantes desenvolvam atividades listadas no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06/2013, e que sejam obrigados ao registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, a empresa deverá apresentar o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (Categoria: Indústria Química; Código: 15-9; Descrição: Fabricação de preparados para limpeza

e polimento, desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas), acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA Nº 6, de 15/03/2013, e legislação correlata;

d) A apresentação das comprovações relativas aos produtos a serem aplicados na execução dos serviços deverá ser feita junto ao contratante até 10 (dez) dias úteis anteriores a data prevista para realização dos serviços;

e) Quando da realização dos serviços a empresa deverá apresentar as licenças sanitárias e ambiental emitidas pelos órgãos competentes do município em que o serviço será realizado. Caso o município não possua autoridade sanitária e ambiental municipal, as licenças deverão ser obtidas juntas ao respectivos órgão estaduais;

f) a dedetização deverá abranger toda a área construída, incluindo forros, sótãos e porões. Além das áreas internas, os produtos serão aplicados nas áreas externas contínuas aos mesmos, notadamente nas caixas de inspeção de esgotos sanitários, pluviais, elétricas, telefônicas, bem como ralos de águas pluviais;

g) SOBRE O CONTROLE DE INSETOS: O processo de controle terá como alvo os insetos rasteiros ou voadores (baratas, formigas, traças, pulgas, carrapatos, mosquitos, pernilongos, moscas etc.) e também as aranhas e escorpiões, e deverá ser efetuado em todas as áreas (interna e externa), tanto para extinção como para prevenção;

g.1) O controle deverá ser efetuado através de pulverização, aplicação de gel e polvilhamento de pó, ou outro método empregado pela empresa executora;

g.2) deverão ser realizados tratamentos específicos a base de gel contra baratas e formigas, nas copas e refeitórios, quando for detectado foco, por ocasião da execução dos serviços;

h) a empresa contratada deverá garantir a completa imunização, controle e/ou extermínio da infestação pelo período mínimo de 4 (quatro) meses a partir da data de cada aplicação;

i) durante o prazo de garantia dos serviços, indicado na alínea anterior, a empresa deverá efetuar quantas aplicações de reforço forem necessárias, correndo as despesas por conta exclusiva da contratada;

j) A empresa deverá apresentar relatório após cada aplicação, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I. Nome do cliente;

II. Endereço do imóvel;

III. Praga(s) alvo;

IV. Data de execução dos serviços;

V. Prazo de assistência técnica, escrito por extenso, dos serviços por praga(s) alvo;

VI. Grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);

VII. Nome e concentração de uso do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);

VIII. Orientações pertinentes ao serviço executado;

IX. Nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho profissional correspondente;

X. Número do telefone do Centro de Informação Toxicológica;

XI. Identificação da CONTRATADA com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e licenças sanitária e ambiental;

XII. Do Certificado de garantia deverá constar identificação da CONTRATADA com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone, números das licenças sanitária e ambiental e seus prazos de validade, a validade da garantia do serviço e, em seu verso, deverá constar as condições básicas de higiene e orientações sobre a garantia do serviço.

k) A empresa deverá fornecer mão de obra especializada, material, produtos, equipamentos e supervisão técnica necessários à execução dos serviços;

l) Os empregados da empresa destacados para execução dos serviços deverão apresentar-se devidamente uniformizados e identificados e munidos de EPI, para evitar danos à saúde, sob pena de denúncia aos órgãos competentes, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Contrato;

m) durante a aplicação dos produtos deverão ser cumpridas todas as normas de segurança do trabalho, em especial o uso de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual);

n) A empresa deverá fornecer EPI aos representantes do contratante que acompanharão a execução dos serviços, tendo em vista a proteção dos mesmos;

o) a remoção das tampas de esgotos deverá ser feita com cuidado para não as danificar.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **DA QUALIFICAÇÃO DA(S) EMPRESA(S) EXECUTORA(S)**

- 4.1. Os serviços deverão ser executados por empresas especializadas no controle de vetores e pragas urbanas.
- 4.2. A empresa executora deverá demonstrar sua qualificação com a apresentação dos seguintes documentos:
- a) Licença Sanitária, emitida pela Vigilância Sanitária competente da sede da empresa, devidamente válida.
  - b) Licença Ambiental, emitida pelo órgão ambiental competente da sede da empresa, devidamente válida.
- 4.3. A empresa deverá dispor de responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas aos serviços contratados.
- 4.4. A empresa deverá apresentar comprovação de registro de seu responsável técnico no respectivo conselho profissional.
- 4.5. A empresa deverá comprovar que possui registro ao conselho profissional de seu responsável técnico.
- 4.6. A empresa deverá dispor de mão de obra especializada, material, produtos, equipamentos e supervisão técnica necessários à execução dos serviços.
- 4.7. A empresa deverá observar os demais requisitos previstos neste instrumento, em especial as do Capítulo 3.

#### CONSÓRCIO

4.9. Tendo em vista o valor da contratação, a baixa complexidade do objeto e o ramo de mercado a atender a demanda, não será admitido a participação de consórcio na presente contratação.

#### INDICAÇÃO DE MARCA MODELO:

4.10. A empresa deverá observar o disposto na cláusula 3.13.

#### GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.11. Não haverá exigência de garantia dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### SUBCONTRATAÇÃO

4.12. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### VISTORIA

4.13. Fica facultado às empresas interessadas em oferecer proposta VISITAR e VISTORIAR os locais onde serão prestados os serviços, cujo objetivo é proporcionar o conhecimento necessário à elaboração da proposta de preço.

4.14. Para a realização da vistoria, as empresas interessadas deverão agendar a visita por meio de contato telefônico com a Seção de Serviços Administrativos, por intermédio dos telefones (67) 2107-7212 ou 2107-7011.

4.15. O agendamento deverá observar o horário de expediente da Justiça Eleitoral, de 2ª a 6ª-feira, das 12h às 18h.

4.16. Caso haja dúvidas quanto aos serviços a serem executados, a empresa deverá entrar em contato com a Seção de Serviços Administrativos, para obter as informações necessárias para a elaboração da proposta, observado o horário mencionado acima.

4.17. Considerando que a visita e a vistoria são faculdades da empresa interessada, não será fornecido pelo TRE/MS comprovante de sua realização.

4.18. A participação na licitação a ser realizada para a contratação dos serviços objeto deste Termo de Referência implica na aceitação das condições aqui fixadas e na admissão pela empresa proponente de que os elementos fornecidos pelo TRE/MS foram suficientes para o correto dimensionamento dos serviços a serem prestados, bem como para o levantamento dos materiais e equipamentos necessários para a prestação dos serviços.

#### SUSTENTABILIDADE

4.19. Os empregados da empresa destacados para execução dos serviços deverão apresentar-se devidamente uniformizados e identificados e munidos de EPI, para evitar danos à saúde, sob pena de denúncia aos órgãos competentes, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Contrato.

4.20. Durante a aplicação dos produtos deverão ser cumpridas todas as normas de segurança do trabalho, em especial o uso de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual).

- 4.21. A empresa deverá fornecer EPI aos representantes do contratante que acompanharão a execução dos serviços, tendo em vista a proteção dos mesmos.
- 4.22. A empresa executora deverá demonstrar sua qualificação com a apresentação dos seguintes documentos:
- a) Licença Sanitária, emitida pela Vigilância Sanitária competente da sede da empresa, devidamente válida;
  - b) Licença Ambiental, emitida pelo órgão ambiental competente da sede da empresa, devidamente válida.
- 4.23. Quando da execução dos serviços a empresa executora deverá apresentar as licenças sanitárias e ambiental emitidas pelos órgãos competentes do município em que o serviço será realizado. Caso o município não possua autoridade sanitária e ambiental municipal, as licenças deverão ser obtidas juntas ao respectivos órgão estaduais.
- 4.24. A emissão de Nota Fiscal deverá ser feita, preferencialmente, na forma eletrônica, a fim de reduzir o consumo de papel.

## **5. EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 5.1. A execução dos serviços objeto desta contratação deverá ser realizada com observância das condições fixadas neste instrumento e no Termo de Contrato.
- 5.2. A execução dos serviços deverá ser concluída em conformidade com o roteiro/cronograma apresentado pela empresa contratada e autorizado pela Seção de Serviços Administrativos, de acordo com o previsto no Capítulo 3.
- 5.3. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de execução dos serviços, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para prestação dos serviços.
- 5.4. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se a empresa da decisão proferida.
- 5.5. Em caso de denegação da prorrogação do prazo, e caso não cumpra o prazo inicial, a contratada ficará sujeita às penalidades previstas para atraso na prestação dos serviços.

## **6. GESTÃO DO CONTRATO**

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. A fiscalização, o acompanhamento e a orientação relativos à prestação de serviços ficarão a cargo de servidora (s) / servidor (es) pertencente (s) ao quadro deste Tribunal, a (s) / o (s) qual (is) será (ão) formalmente designada (s) / o (s) pela Administração.
- 6.3.1. O contato entre o TRE/MS e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da Fiscalização.
- 6.4. Para fins desta contratação, considerando a previsão de prestação de serviços em locais distintos e a inviabilidade de que apenas uma servidora / um servidor realize a fiscalização em todos os locais, e objetivando a correta execução das atividades de fiscalização, serão designados:
- a) 1 fiscal central titular e 2 substitutas (os), dentre servidoras (es) lotadas (os) na Seção de Serviços Administrativos da Coordenadoria de Serviços Gerais; e,
  - b) 1 fiscal local titular e 1 substituta (o), dentre servidoras (es) lotadas (os) nos Cartórios Eleitorais do Interior do Estado;
- 6.5. À (ao) fiscal central competirá a supervisão da contratação e a fiscalização local em relação aos imóveis sediados em Campo Grande: prédio sede do Tribunal, Fórum Eleitoral de Campo Grande, Anexo (Almoxarifado Arquivo Central e Depósito de Urnas) e Depósito da Rua Arthur Jorge, cabendo-lhe, além das atribuições indicadas nas cláusulas 6.7 e 6.8, a orientação aos fiscais locais quanto aos procedimentos que deverão realizar.
- 6.6. A (o) fiscal local atuará como apoio à fiscalização central, competindo-lhe as atribuições previstas na cláusula 6.7, no que couber, e na cláusula 6.8, alíneas 'a' a 'f', e, conforme o caso, na alínea 'g' em relação aos serviços executados no seu local de lotação, cabendo-lhe observar as orientações do fiscal central e repassar a este todas as informações pertinentes a essas atribuições, bem como outras relacionadas à execução do objeto desta contratação.
- 6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela (s) / o (s) fiscal (is) do contrato, ou pela (s) / o (s) respectiva (s) / o (s) substituta (s) / o (s) ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)), cabendo:



- a) Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições nele estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- b) Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));
- c) Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, a fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));
- d) Informar à administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a competência da fiscalização, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));
- e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, a (o) fiscal comunicará o fato imediatamente à gestora / ao gestor do contrato ou autoridade competente. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));
- f) Comunicar à gestora / ao gestor do contrato ou autoridade competente, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#));
- g) Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#));
- h) Atuar tempestivamente na solução de problemas em caso de descumprimento das obrigações contratuais, reportando à administração para as providências cabíveis, quando ultrapassar a competência da (o) fiscal; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#));
- i) manter registro de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#));
- j) Formalizar processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pela (o) agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#));

#### 6.8. Compete ainda à Fiscalização:

- a) requisitar a prestação dos serviços, observados os procedimentos mencionados nos Capítulos 3 e 5, dentre outras condições pertinentes;
- b) exercer, em nome do TRE/MS, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas da contratação, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da contratada;b) manter registro das ocorrências relacionadas à prestação dos serviços, para fins de acompanhamento do desempenho da contratada;
- c) comunicar à contratada as falhas detectadas;
- d) comunicar à Administração o cometimento de falhas pela contratada, que impliquem comprometimento da prestação dos serviços e/ou aplicação de penalidades previstas;
- e) efetuar os recebimentos provisório e definitivo, realizando as devidas verificações;
- f) conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;
- g) outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

6.9. As atribuições e os procedimentos de fiscalização serão fixados na Portaria de designação da fiscalização e/ou em normativo interno.

6.10. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.11. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, quando for o caso.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

### Recebimento do Objeto

7.1. Os recebimentos provisório e definitivo dos serviços ficarão a cargo da Fiscalização do TRE/MS, conforme descrito a seguir.

7.2. O recebimento provisório dos serviços será efetuado pela (o) fiscal local, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

- a) acompanhamento da execução dos serviços;

b) apresentação pela empresa executora do relatório de execução dos serviços;

c) atesto dos serviços;

7.3. A (o) fiscal local fará a inclusão do relatório e de informação acerca da conclusão da execução dos serviços (atesto) em processo administrativo eletrônico, disponível no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, a ser indicado pela Seção de Serviços Administrativos.

7.4. A inclusão dos documentos deverá ser feita em até 2 (dois) dias úteis, contados da data de conclusão da execução dos serviços, com posterior envio do processo à Seção de Serviços Administrativos (SSA).

7.5. A Seção de Serviços Administrativos poderá solicitar à (ao) fiscal local o envio da via original do relatório, e caso não o faça, o documento deverá ser arquivado na unidade de lotação da (o) fiscal local, de acordo com as regras fixadas para o SEI.

7.6. O recebimento definitivo deverá ser efetuado em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, satisfeitas as condições abaixo:

a) informação da (o) fiscal local quanto à conclusão da execução dos serviços (atesto);

b) apresentação pela empresa executora dos demais documentos pertinentes à execução dos serviços;

c) conformidade do documento fiscal apresentado.

7.7. Constatado que o serviço prestado atendeu ao exigido, será registrado o recebimento definitivo mediante atestado no corpo da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

7.8. Verificada alguma falha na prestação do serviço, seja por ocasião do recebimento provisório ou do definitivo, será feito o registro formal e comunicado à empresa contratada, para que proceda à sua correção.

7.9. Na ocorrência do disposto na cláusula 7.8, terá continuidade a contagem do prazo de execução, a partir da data em que a empresa contratada for comunicada.

7.10. Reserva-se ao TRE/MS o direito de não aceitar serviço cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

7.11. Competirá à contratada arcar com ônus do refazimento de serviço que seja considerado de baixa qualidade, e/ou cujas características se mostrem diversas das exigidas neste Termo de Referência.

## **Pagamento**

7.12. O pagamento dos serviços será realizado após a conclusão de cada aplicação nos imóveis componentes de cada grupo, mediante apresentação de nota(s) fiscal(is) / fatura(s) pela empresa contratada.

### **Emissão da nota fiscal**

7.13. O documento fiscal (Nota Fiscal, Fatura) deverá ser emitido, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a discriminação dos serviços a que se refira e dos locais / imóveis atendidos.

7.14. O documento fiscal será emitido em até 5 (cinco) dias úteis após a conclusão de cada aplicação nos imóveis componentes de cada grupo.

7.14.1. O documento fiscal emitido deverá ser encaminhado à Seção de Serviços Administrativos, por correio eletrônico, para o endereço: [ssa@tre-ms.jus.br](mailto:ssa@tre-ms.jus.br).

7.15. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

7.16. Caso se constate erro ou irregularidade no documento fiscal, este será devolvido à Contratada para as medidas de saneamento necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data de reapresentação do mesmo.

### **Pagamento da nota fiscal**

7.17. O pagamento será feito pelo Contratante em moeda corrente nacional, mediante Ordem Bancária, em conta bancária válida e ativa em nome da Contratada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, e ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis após a data de apresentação do documento fiscal à fiscalização.

7.18. O procedimento de pagamento observará as seguintes etapas:

a) a fiscalização fará a análise do documento fiscal e das informações nele constantes, inclusive quanto aos valores, no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento do documento fiscal apresentado pela empresa contratada, e, após, fará o atesto do documento fiscal e o seu encaminhamento à Seção de Finanças;

b) a Seção de Finanças efetuará o pagamento dos valores devidos à contratada, no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados do recebimento do documento fiscal e documentação anexa proveniente da fiscalização.

7.19. O prazo de pagamento será suspenso nos casos de ausência de informação e/ou documento complementar, ou em que haja necessidade de correção e/ou complemento de informação constante da nota fiscal/fatura, bem como qualquer outro motivo cuja responsabilidade seja atribuível à contratada, passando a ser contado novamente somente após a efetiva regularização.

7.20. Serão retidas na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor do documento fiscal, as alíquotas dos seguintes impostos:

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido - CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, se este for devido.

7.21. Quando ocorrerem eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TXI100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

7.22. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e devem ser submetidos à apreciação da autoridade competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO EXECUTOR DOS SERVIÇOS**

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O (s) executor (es) dos serviços (contratada (s)) será (ão) selecionado (s) por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por GRUPO.

8.1.1. A empresa interessada poderá ofertar preço apenas para o (s) grupo (s) de seu interesse ou que tenha disponibilidade para atender.

8.1.2. Eleito (s) o (s) grupo (s) de seu interesse, a empresa interessada deverá ofertar preços para todos os itens que compõem o grupo, sob pena de desclassificação da proposta quanto ao respectivo grupo.

8.2. O regime de execução do contrato será de empreitada por preço unitário.

8.3. A análise das propostas será realizada por servidora (s) / servidor (es) do TRE/MS, designada (s/o(s)) e visa à verificação da conformidade dos serviços ofertados pelas proponentes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.

8.4. A empresa interessada em oferecer proposta de preços para o (s) serviço (s) previsto (s) neste Termo de Referência deverá efetuar o levantamento de todos os custos concernentes, visando à formação dos preços a serem ofertados.

8.4.1. É de responsabilidade de cada empresa a metodologia empregada para o levantamento de custos e a formação de seus preços.

### Exigências de habilitação

8.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

a) CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, **constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;**

b) CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;

c) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho em observância ao disposto no art. 68, IV, da Lei 14.133/2021;

d) Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, em campo próprio do sistema;

- e) Licença Sanitária, emitida pela Vigilância Sanitária competente da sede da empresa, devidamente válida;
- f) Licença Ambiental, emitida pelo órgão ambiental competente da sede da empresa, devidamente válida;
- g) REGISTRO DA EMPRESA junto ao Conselho Profissional, com a indicação do respectivo responsável técnico, em conformidade com a Resolução - RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009;
- h) Registro do responsável técnico da empresa no conselho profissional competente.

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 9.1. Para a estimativa dos valores da contratação foram considerados os valores obtidos em Consulta de Preços realizada pelo TRE/MS e os valores praticados em contratações anteriores do TRE/MS.
- 9.2. Os preços máximos admitidos pelo Tribunal constam dos quadros da cláusula 3.3.
- 9.2.1. Os preços ofertados na proposta da empresa licitante deverão respeitar os valores unitários máximos indicados nos quadros da cláusula 3.3, sob pena de desclassificação da proposta.
- 9.3. Para fins de reserva orçamentária, a despesa total estimada com a presente contratação é de **R\$ 175.847,47 (cento e setenta e cinco mil oitocentos e quarenta e sete reais e quarenta e sete centavos)**, considerando 3 (três) aplicações no período de 12 (doze) meses.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- a) Gestão/Unidade: 14112 - TRE-MS;
  - b) Fonte de Recursos: **20GP - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa**;
  - c) Programa de Trabalho: **02.122.0033.20GP.0054**;
  - d) Elemento de Despesa: 3390.39.79;
  - e) Plano Interno: ADM APOIO.

## **11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 11.1. As disposições quanto as infrações e sanções administrativas estão previstas no Anexo II - Termo de Contrato Administrativo.

## **12. DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS**

- 12.1. São direitos e/ou deveres do Contratante:
- a) Requerer da contratada a prestação dos serviços objeto desta contratação, em conformidade com as disposições deste Termo de Referência e do Contrato;
  - b) Exercer a fiscalização dos serviços, na forma prevista na legislação aplicável;
  - c) Registrar as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços contratados, determinando o que julgar necessário à regularização das faltas e defeitos observados;
  - d) Comunicar à contratada quaisquer irregularidades observadas na execução dos serviços contratados;
  - e) Aplicar à contratada penalidades por descumprimento deste Termo de Referência e de cláusulas contratuais;
  - f) Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;
  - g) Verificar a manutenção pela contratada das condições de habilitação estabelecidas para a presente contratação;
  - h) Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e no contrato.

## **13. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 13.1. São obrigações e/ou direitos da contratada:
- a) Executar os serviços decorrentes da contratação na forma e condições determinadas;
  - b) Atender às solicitações, esclarecimentos e determinações da Fiscalização, feitas por Ordens de Serviços, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis;

- c) Fornecer todas as informações e elementos necessários à consecução das atividades da fiscalização, bem como à percepção pelo TRE/MS dos resultados esperados com a execução dos serviços;
- d) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada à execução do contrato, sendo de inteira responsabilidade da contratada a estrutura (pessoal, equipamentos, etc.) necessária à perfeita execução dos serviços;
- e) Providenciar a correção das deficiências apontadas por este TRE/MS quanto à execução contratual, especificamente quanto aos serviços sobre a responsabilidade da contratada;
- f) Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação;
- g) A contratada fica, nos termos da Lei 14.133/2021, obrigada a aceitar os acréscimos de até 25 % (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários;
- h) Receber os valores que lhe forem devidos pela execução contratual, na forma disposta no Termo de Referência e na Minuta do Contrato;
- i) Responder civil e penalmente, por quaisquer danos ocasionados à Administração e seu patrimônio e/ou a terceiros, dolosa ou culposamente, em razão de ação ou de omissão da contratada ou de quem em seu nome agir.;
- j) Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020);
- k) Dar plena ciência do disposto na Resolução 176/2023, a qual dispõe sobre o procedimento de apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades a pessoa física ou jurídica decorrentes de descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais no âmbito do TRE/MS;
- l) Dar conhecimento, às funcionárias / aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.
- m) Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.

**Karla Luzia Echeverria Pinheiro**

Integrante Demandante Substituta

**Graziela Gonçalves Silva Jurado**

Integrante Administrativa

**EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO**



Documento assinado eletronicamente por **GRAZIELA GONÇALVES SILVA JURADO, Chefe de Seção**, em 27/06/2024, às 15:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **KARLA LUZIA ECHEVERRIA PINHEIRO, Técnico Judiciário**, em 27/06/2024, às 15:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUÍS MACIEL MALVES DA SILVA, Coordenador(a)**, em 27/06/2024, às 15:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1661873** e o código CRC **CA7AE9EF**.



